

MEDIDA EXCECIONAL E TEMPORÁRIA – AVES, SUÍNOS E PRODUÇÃO DE OVOS E DE LEITE DE PEQUENOS RUMINANTES





Conteúdo

1	ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	4
2	REGRAS GERAIS	4
2.1	CONDIÇÕES DE ACESSO	4
2.1.1	SETOR DAS AVES	4
2.1.2	SETOR DOS OVOS	5
2.1.3	SETOR DE CARNE DE SUÍNO	5
2.1.3.1	SETOR DE PRODUÇÃO DE LEITÕES PARA ABATE	5
2.1.3.2	SETOR DE PRODUÇÃO DA RAÇA DE PORCO ALENTEJANO	6
2.1.4	SETOR DE PRODUÇÃO DO LEITE DE PEQUENOS RUMINANTES:	6
2.2	MONTANTE	7
2.3	NÍVEIS DE APOIO	7
2.3.1	SETOR DAS AVES	7
2.3.2	SETOR DOS OVOS	8
2.3.3	SETOR DE PRODUÇÃO DE LEITÕES PARA ABATE	8
2.3.4	SETOR DE PRODUÇÃO DA RAÇA DE PORCO ALENTEJANO	8
2.3.5	SETOR DE PRODUÇÃO DO LEITE DE PEQUENOS RUMINANTES	9
2.4	APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS	10
2.5	ANÁLISE E DECISÃO DAS CANDIDATURAS	10
2.6	PAGAMENTOS	10
2.7	CUMULAÇÃO DE APOIOS	11
2.8	RATEIO	11
2.9	CONTROLO	11
3	APRESENTAÇÃO DO PEDIDO DE PAGAMENTO	12
3 1	ACESSO AO FORMULÁRIO	12



3.2	SEPARADOR "CANDIDATURA"	15
3.3	DECLARAÇÃO	19
3.4	SEPARADOR TERMO DE ACEITAÇÃO	21
3.5	SUBMISSÃO DO FORMULÁRIO	22
3.6	SUBSTITUIÇÃO DOCUMENTO	24
4.	DISPOSICÕES FINAIS	24



Enquadramento Legislativo

A Portaria 268/2020, de 18 de novembro veio estabelecer o regime de aplicação da medida excecional e temporária prevista no artigo 39.º-B do Regulamento (UE) n.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, na sua redação atual, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.

1 Regras gerais

1.1 Condições de Acesso

1.1.1 Setor das aves

Beneficiários: Detentores de explorações de animais das seguintes espécies avícolas: frangos, galinhas poedeiras, galinhas reprodutoras, patos, pintadas, perus e codornizes.

Critérios de elegibilidade - Os candidatos devem reunir cumulativamente as seguintes condições:

- a) Ser pessoa singular ou micro, pequena ou média empresa (PME), na aceção da Recomendação da Comissão, de 6 de maio de 2003;
- b) Ser detentor de exploração com título para o exercício da atividade pecuária das espécies identificadas no artigo 4.º pertencente às classes 1 ou 2 previstas no anexo I do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, que estabelece o Novo Regime de Exercício da Atividade Pecuária (NREAP);
- a) Deter efetivo avícola das espécies identificadas no artigo 4.º, comprovado através do registo da atividade para abate no Sistema de Informação do Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos (SIPACE) no primeiro quadrimestre do ano de 2020;
- b) No caso de detenção de galinhas poedeiras, e em alternativa ao disposto na alínea anterior, ter submetido a declaração de existências prevista no Despacho n.º 293/2015, de 12 de janeiro, referente a fevereiro de 2020, comprovativa da detenção de animais.



1.1.2 Setor dos ovos

Beneficiários: Centros de embalagem e classificação de ovos.

Critérios de elegibilidade - Os candidatos devem reunir cumulativamente as seguintes condições:

- a) Ser pessoa coletiva detentora do estatuto de PME, na aceção da Recomendação da Comissão, de 6 de maio de 2003;
- b) Exercer a atividade industrial, no âmbito do Sistema da Indústria Responsável, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com atribuição de Número de Controlo Veterinário (NCV);
- c) Deter atividade registada no SIPACE como ativa, referente a abril de 2020.

1.1.3 Setor de carne de suíno

São elegíveis as seguintes categorias, em conformidade com a declaração de existências:

- a) Porcos de engorda: leitões com peso vivo inferior a 20 Kg, bácoros com peso vivo entre 20 e
 50 Kg, porcos com peso vivo entre 50 e 80 Kg, porcos com peso vivo entre 80 e 110 Kg e
 porcos com mais de 110 Kg de peso vivo;
- b) Porcas reprodutoras: porcas cobertas de 1ª barriga, porcas cobertas de 2ª ou mais barrigas e porcas em lactação ou a aguardar cobrição.

1.1.3.1 Setor de produção de leitões para abate

Beneficiários: Detentores de explorações de produção de leitões para abate.

Critérios de elegibilidade: Os candidatos devem reunir cumulativamente as seguintes condições:

- a) Ser detentor de exploração com título para o exercício da atividade pecuária da espécie suína, pertencente às classes 1, 2 ou 3 previstas no anexo I do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho (NREAP);
- b) Ter submetido na base de dados de apoio ao Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA) a declaração de existências de dezembro de 2019 e de abril de 2020, de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho;



- c) Deter explorações com histórico de abate de leitões no ano de 2019, comprovado pelas respetivas guias de abate registadas no SNIRA;
- d) Deter explorações com um mínimo de 3 e um máximo de 200 porcas reprodutoras, em cabeças naturais, evidenciado na declaração de existências de abril de 2020;
- e) O efetivo de porcas reprodutoras e leitões com menos de 20kg deve representar, pelo menos, 90% do efetivo total de suínos declarados em cabeças naturais, na declaração de existências referida na alínea anterior.
- f) Podem beneficiar dos montantes específicos do apoio previstos no anexo II para as raças autóctones, os candidatos que detenham explorações com porcas de raças autóctones, inscritas no respetivo livro genealógico.

1.1.3.2 Setor de produção da raça de porco alentejano

Beneficiários: Detentores de explorações de produção de raça de porco alentejano.

Critérios de elegibilidade Os candidatos devem reunir cumulativamente as seguintes condições:

- a) Ser detentor de exploração com título para o exercício da atividade pecuária da espécie suína, pertencente às classes 1, 2 ou 3 previstas no anexo I do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho (NREAP);
- b) Deter explorações com animais da raça de porco alentejano, inscritos no respetivo livro genealógico;
- c) Ter submetido, na base de dados de apoio ao SNIRA, a declaração de existências de agosto de 2020, comprovativa da detenção na exploração de porcas reprodutoras ou porcos de engorda.

1.1.4 Setor de produção do leite de pequenos ruminantes:

São elegíveis as fêmeas reprodutoras as fêmeas cobertas pela primeira vez e as fêmeas já paridas, das espécies ovina e caprina.

Beneficiários: Produtores de pequenos ruminantes que detenham explorações que se dediquem à produção leiteira.



Critérios de elegibilidade - Os candidatos devem reunir cumulativamente as seguintes condições:

- a) Ser detentor de exploração com título para o exercício da atividade pecuária das espécies ovina ou caprina, pertencente às classes 1, 2 ou 3 previstas no anexo I do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho (NREAP);
- b) Ter atividade registada como produtor de leite de ovelha ou de cabra no Sistema de Informação do Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos (SIPACE), no primeiro quadrimestre de 2020;
- c) Ter submetido na base de dados de apoio ao SNIRA a declaração de existências relativa a dezembro de 2019, comprovativa da detenção de fêmeas reprodutoras e da comercialização de leite destas espécies.

1.2 Montante

Os apoios previstos são aplicáveis nos seguintes setores de produção agrícola, com a dotação orçamental global de 12,2 milhões de euros, sendo repartida do seguinte modo:

- a) Setor das aves e dos ovos: 7,1 milhões de euros;
- b) Setor da carne de suíno: 2,9 milhões de euros;
- c) Setor do leite de pequenos ruminantes: 2,2 milhões de euros.

1.3 Níveis de Apoio

1.3.1 Setor das aves

O apoio previsto assume a forma de ajuda forfetária, não reembolsável, conforme quadro abaixo:

Classe REAP	Montante
1	7 000,00 €
2	4 000,00 €



No caso em que o candidato seja detentor de mais de uma exploração, o apoio a conceder é o correspondente ao valor previsto para a classe mais elevada.

1.3.2 Setor dos ovos

O apoio assume a forma de ajuda forfetária, não reembolsável, de 30 000€ por beneficiário.

1.3.3 Setor de produção de leitões para abate

O apoio assume a forma de ajuda forfetária, não reembolsável, conforme quadro abaixo, sendo os escalões apurados a partir da declaração de existências de abril de 2020.

Escalões de porcas reprodutoras	Montante do apoio	
Listances de portas reproductoras	Sem porcas de raças autóctones	Com porcas de raças autóctones
>= 3 Porcas <= 15	1.100 €	1.300 €
> 15 Porcas <= 30	3.000 €	3.600 €
> 30 Porcas <= 45	5.000 €	6.000 €
> 45 Porcas <= 200	7.	000€

Nota: Apenas são consideradas as declarações de existências que tenham sido submetidas na base de dados de apoio ao SNIRA até ao dia 30 de setembro de 2020.

1.3.4 Setor de produção da raça de porco alentejano

O apoio assume a forma de ajuda forfetária, não reembolsável, conforme quadro abaixo, apurados com base na declaração de existências de agosto de 2020.



Escalões de porcas reprodutoras ou porcos de engorda	Montante do apoio
<= 3 Porcas ou <25 porcos de engorda	1.200 €
> 3 Porcas <12 ou >=25 porcos de engorda <85	4.500 €
>= 12 Porcas ou >=85 porcos de engorda	7.000 €

Nota: Apenas são consideradas as declarações de existências que tenham sido submetidas na base de dados de apoio ao SNIRA até ao dia 30 de setembro de 2020.

1.3.5 Setor de produção do leite de pequenos ruminantes

O apoio assume a forma de ajuda forfetária, não reembolsável, conforme quadro abaixo, apurados com base na declaração de existências de dezembro de 2019.

Escalões de fêmeas reprodutoras	Montante do apoio
> =10 e <= 100 fêmeas reprodutoras	500 €
> 100 e <= 400 fêmeas reprodutoras	2.000 €
> 400 e <=1000 fêmeas reprodutoras	5.000 €
> 1000 fêmeas reprodutoras	7.000 €

Nota: Apenas são consideradas as declarações de existências que tenham sido submetidas na base de dados de apoio ao SNIRA até ao dia 30 de setembro de 2020.



1.4 Apresentação de candidaturas

Previamente à apresentação da candidatura, os interessados devem inscrever e manter atualizados os dados relativos à identificação do beneficiário (IB), no sistema de informação do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P. (IFAP, I. P.)

As candidaturas aos apoios previstos na presente portaria são submetidas eletronicamente através do formulário próprio disponível na plataforma iDigital, no portal do IFAP, I. P., em www.ifap.pt. O período de submissão de candidaturas decorre entre os dias 1 e 21 de dezembro de 2020.

Apenas são admissíveis candidaturas desmaterializadas, criadas no formulário próprio para este efeito na área reservada do portal do ifap, tal como descrito no ponto 3 deste manual.

Não são aceites formulários em papel, preenchidos e/ou assinados manualmente.

Formulários desmaterializados, ainda que podendo ser impressos, não devem ser enviados para o IFAP.

1.5 Análise e decisão das candidaturas

As candidaturas são analisadas pelo IFAP, I. P., de acordo com os critérios de elegibilidade previstos na Portaria 268/2020, de 18 de novembro.

As candidaturas são aprovadas pela Autoridade de Gestão, sob proposta do IFAP, I. P., até 31 de dezembro de 2020, de acordo com a dotação orçamental prevista para cada setor.

A decisão é comunicada pelo IFAP, I. P., aos beneficiários, através da área reservada do respetivo portal, em www.ifap.pt.

O termo de aceitação é autenticado com a submissão da candidatura.

1.6 Pagamentos

O pagamento do apoio é efetuado pelo IFAP, I. P., por transferência bancária, até 30 de junho de 2021.

Os pagamentos são divulgados no respetivo portal, em www.ifap.pt.



1.7 Cumulação de apoios

Os apoios previstos podem ser cumulados entre si, desde que a soma dos valores unitários de cada tipologia de apoio não ultrapasse o valor de 7000 € por beneficiário, sem prejuízo do disposto no seguinte:

No caso em que a cumulação de apoios exceda o valor de 7000 € por beneficiário, não são consideradas as tipologias de apoio com o valor mais baixo.

O disposto nos números anteriores não é aplicável ao apoio ao setor dos ovos, o qual não suscetível de cumulação, e está sujeito ao valor 30.000 € por beneficiário.

O apoio ao setor de produção de leitões para abate, não é cumulável com o apoio ao setor de produção da raça de porco alentejano.

1.8 Rateio

Se o valor global das candidaturas elegíveis para cada setor, ultrapassar a correspondente dotação orçamental:

- Setor das aves e dos ovos 7,1 milhões de euros;
- Setor da carne de suíno 2,9 milhões de euros;
- Setor do leite de pequenos ruminantes 2,2 milhões de euros.

O montante individual a conceder é objeto de redução proporcional entre os respetivos beneficiários.

1.9 Controlo

As candidaturas aos apoios previstos estão sujeitas a ações de controlo, nos termos do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, do Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014, da Comissão, de 11 de março de 2014, do Regulamento de Execução (UE) n.º 809/2014, da Comissão, de 17 de julho de 2014, e demais legislação aplicável.



1.10 Reduções e exclusões

Os apoios objeto da presente portaria estão sujeitos às reduções e exclusões previstas no Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, no Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014, da Comissão, de 11 de março de 2014, no Regulamento de Execução (UE) n.º 809/2014, da Comissão, de 17 de julho de 2014, e demais legislação aplicável.

O incumprimento dos critérios de elegibilidade constitui fundamento suscetível de determinar a devolução da totalidade dos apoios recebidos.

À recuperação dos montantes indevidamente recebidos aplica -se o disposto no artigo 7.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 809/2014, da Comissão, de 17 de julho de 2014, no artigo 26.º do Decreto -Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, no artigo 12.º do Decreto -Lei n.º 195/2012, de 23 de agosto, e na demais legislação aplicável.

A omissão ou prestação de falsas informações determina a exclusão da candidatura ou a anulação administrativa da decisão de aprovação e respetiva devolução da totalidade dos apoios recebidos.

2 Apresentação do Pedido de Pagamento

2.1 Acesso ao formulário

O acesso ao formulário para formalização do pedido de pagamento é efectuado através do portal do IFAP (www.ifap.pt).

Ao entrar na "Área Reservada", deve aceder ao menu "O Meu Processo"



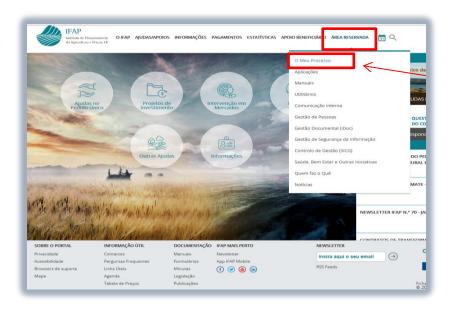


Figura 1 – Na "Área Reservada", escolher o menu "O Meu Processo"

Posteriormente selecionar "Candidaturas"

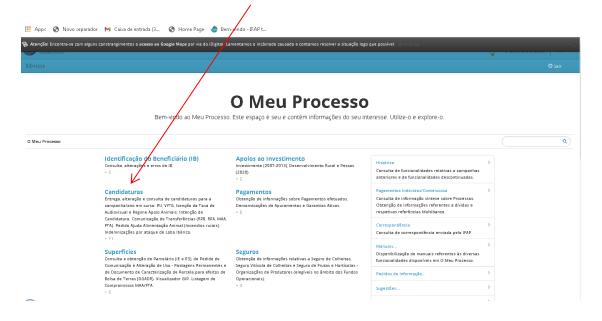


Figura 2 – Selecionar "Candidaturas"

Selecionar a ajuda Medida Excecional e Temporária – aves, suínos e produção de ovos e de leite de pequenos ruminantes.





Figura 3 - Selecionar Medida

Esta ação vai disponibilizar o acesso ao formulário do pedido de pagamento, como indicado na figura 4.

Se acesso for efetuado pelo beneficiário, através do meu processo, a informação de NIFAP e NIF aprece pré-preenchida, sem possibilidade de edição.

Se o acesso for efetuado por entidades externas, credenciadas para recolher formulários, deverá selecionar no menu iDigital » Gestão de Formulários e Candidaturas » Ano 2020 » Medida excecional e temporária – aves, suínos e produção de ovos e de leite de pequenos ruminantes, inserir o NIF ou NIFAP do requerente e criar formulário.

Em ambas as situações, o formulário é disponibilizado clicando no botão "**Criar**", como referenciado na figura seguinte:



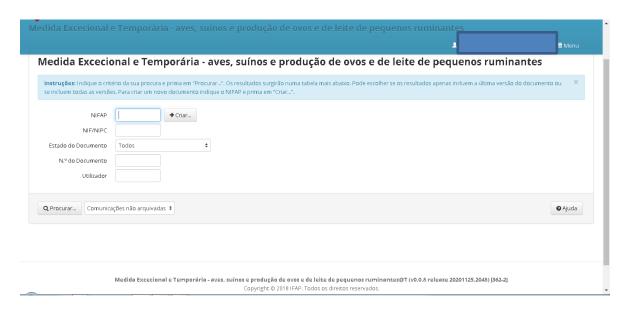


Figura 4 – Criar documento de pedido de pagamento

2.2 Separador "Candidatura"

Contém a identificação dos itens necessários à formalização do pedido de pagamento, sendo este composto pela seguinte informação:

✓ Rosto

Caixa de seleção SIM/NÃO, devendo selecionar os setores a que se candidata:

- Setor das aves;
- Setor dos ovos;
- Setor de produção de leitões para abate;
- o Setor de produção da raça de porco alentejano;
- Setor de produção do leite de pequenos ruminantes.

A escolha deverá ser efetuada em conformidade com a tipologia de beneficiário para os diferentes setores de acordo com os critérios de elegibilidade previstos na Portaria 268/2020 de 18 de novembro.





Figura 5 – Seleção dos setores

✓ Setor das aves

Caso selecione SIM no setor das aves e se cumprir os requisitos indicados nos artigos 4.º e 5.º da portaria 268/2020 de 18 de novembro, o quadro indicado na figura infra, apresentará as condições indicadas como validadas.

Caso não cumpra os critérios de elegibilidade ou não tenha dados para o setor surgirá a mensagem indicada

Sem dados ou não cumpre os critérios de elegibilidade de apoio a setor.



Figura 6 – Setor das aves



✓ Setor dos ovos

Caso selecione SIM no setor dos ovos e se cumprir os requisitos indicados nos artigos 7.º e 8.º da portaria 268/2020 de 18 de novembro, o quadro indicado na figura infra, apresentará as condições indicadas como validadas



Figura 7 – Setor dos ovos

✓ Setor de produção de leitões para abate

Caso selecione SIM no setor de produção de leitões para abate e cumpra todos os requisitos indicados nos artigos 11.º e 12.º da portaria 268/2020 de 18 de novembro, apresentará as condições indicadas como validadas

 O quadro indicado na figura 8 retornará todos os animais declarados na declaração de existências de abril de 2020, referentes a todos os códigos elegíveis.

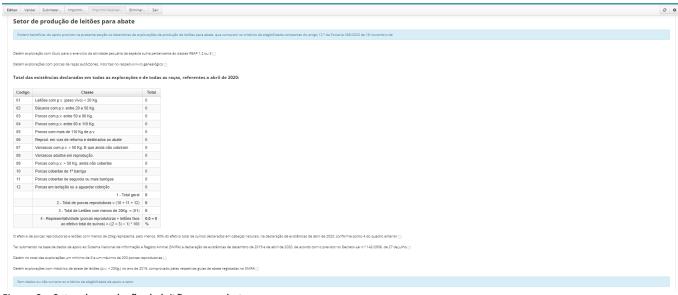


Figura 8 – Setor de produção de leitões para abate



✓ Setor de produção da raça de porco alentejano

Caso selecione SIM no setor de produção da raça de porco alentejano e se cumprir os requisitos indicados nos artigos 14.º e 15.º da portaria 268/2020 de 18 de novembro, o quadro indicado na figura infra, apresentará as condições indicadas como validadas:

O quadro indicado na figura 9 retornará todos os animais declarados na declaração de existências de agosto de 2020, referentes a todos os códigos elegíveis

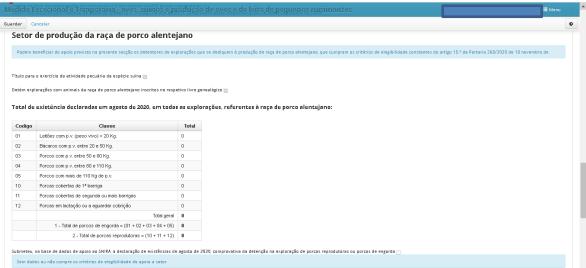


Figura 9 – Setor de produção da raça de porco alentejano

✓ Setor de produção do leite de pequenos ruminantes

Caso selecione SIM no setor de produção de leite de pequenos ruminantes e se cumprir os requisitos indicados nos artigos 18.º e 19.º da portaria 268/2020 de 18 de novembro.

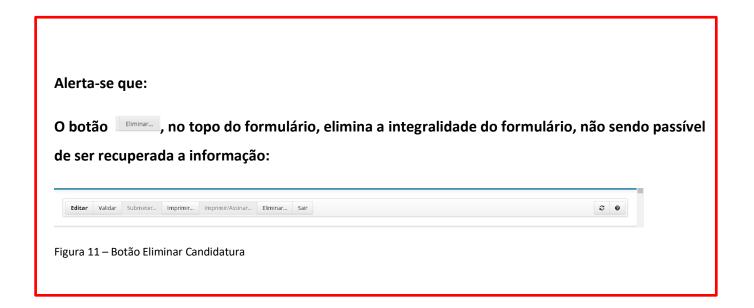
O quadro indicado na figura 10, apresentará as condições indicadas como validadas, bem como o número total de animais elegíveis.





Figura 10 – Setor de produção do leite de pequenos ruminantes

Assim, antes de sair do documento, deve por isso assegurar que clicou em "Guardar", para assegurar que a informação fica gravada no sistema.



2.3 Declaração

Este separador é composto por dois textos, não editáveis, que são de carácter obrigatório caso tenha selecionado o <u>setor das aves ou da produção de ovos</u>.

Assim se selecionou o setor das aves e é uma micro, pequena ou média empresa (PME) deverá preencher esta declaração.

A aceitação destas condições e autorizações é vinculativa para efeitos de acesso a este apoio.



Depois de leitura atenta do texto, e pretendendo manter a candidatura a este apoio, para efeitos de manifestar a concordância, deve ser clicado o botão Editar :

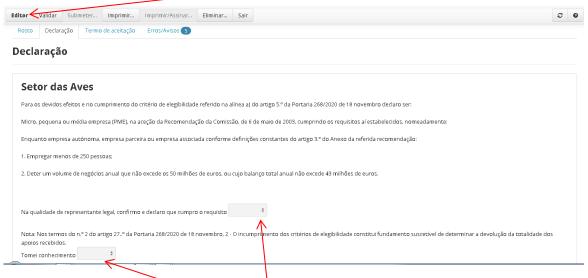


Figura 12 – Separador Declaração setor das aves

Nos campos editáveis deverá escolher SIM, caso cumpra os requisitos e concorde com o indicado na Nota.

Se selecionou o setor dos ovos e é uma pessoa coletiva com estatuto de PME deverá preencher esta declaração.

A aceitação destas condições e autorizações é vinculativa para efeitos de acesso a este apoio. Assim, depois de leitura atenta do texto, e pretendendo manter a candidatura a este apoio, para efeitos de manifestar a concordância, deve ser clicado o botão editor de leitura de leitura aceste apoio.



Figura 13 – Separador Declaração sector dos ovos

Nos campos editáveis deverá escolher SIM, caso cumpra os requisitos e concorde com o indicado na Nota.



2.4 Separador Termo de Aceitação

Qualquer que seja o setor ou setores selecionados na candidatura deverá selecionar o separador Termo de Aceitação.

Depois de leitura atenta do texto, e pretendendo manter a candidatura a este apoio, para efeitos de manifestar a concordância, deve ser clicado o botão editor la concordância.

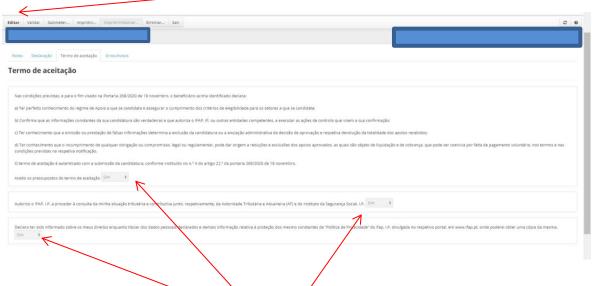


Figura 14 – Separador Termo de aceitação

Nos campos editáveis deverá escolher SIM, se aceitar os pressupostos do termo de aceitação, se autorizar o IFAP, I.P. a proceder à consulta da situação tributária e contributiva junto, respetivamente, da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e do Instituto da Segurança Social, I.P., e se tomar conhecimentos do termos do Regulamento Geral de proteção de dados (RPGD).

À semelhança do separador inicial, a informação recolhida aqui recolhida apenas fica registada no sistema, quando efetuado "Guardar", no topo do formulário



2.5 Submissão do Formulário

Depois de devidamente preenchidos os dois separadores que o constituem, o formulário encontrarse em condições de ser submetido no sistema. Para tal, deve começar por clicar em validar, que fica disponível apenas depois de clicar em Guardar no separador que estiver em edição:



Figura 15 – Validação de Formulário

Se o formulário tiver erros, será mostrada a mensagem que o documento não se encontra válido, como indicado na figura infra



Figura 16 – Mensagem de Formulário com Erros

Deve consultar o separador de erros, identificar a informação que se encontra incorreta ou não preenchida.

Na linha de erro, ao clicar sobre o texto inscrito na coluna origem, será encaminhado para o separador respetivo. Aí deve fazer "Editar" e retificar ou preencher a informação, e efetuar "Guardar".

Deve voltar a efetuar a ação de validar e, se formulário não tiver erros, será dada mensagem a indicar que o documento foi validado com sucesso, como ilustrado na figura 17:





Figura 17 – Mensagem de Formulário sem Erros

Nesta situação, será disponibilizado o botão submissão do documento, sendo mostrada a caixa:



Figura 18 – Mensagem de confirmação para submissão do formulário

Deve clicar no botão submeter para efetivar a submissão do formulário, e será mostrada caixa com indicação de que o formulário se encontra submetido:



Figura 19 – Mensagem de confirmação de formulário submetido



2.6 Substituição Documento

Na eventualidade de serem detetados erros no preenchimento de um documento que foi submetido, o mesmo pode ser substituído para efeitos de retificação.

Para tal, depois de entrar no formulário como indicado no ponto 3.1 deste manual, deve clicar no botão que irá apresentar a versão do documento que se encontra no estado "Submetido", e clicar no botão substitut..., que se encontra no final da linha:



Figura 20 – Selecionar e substituir formulário submetido

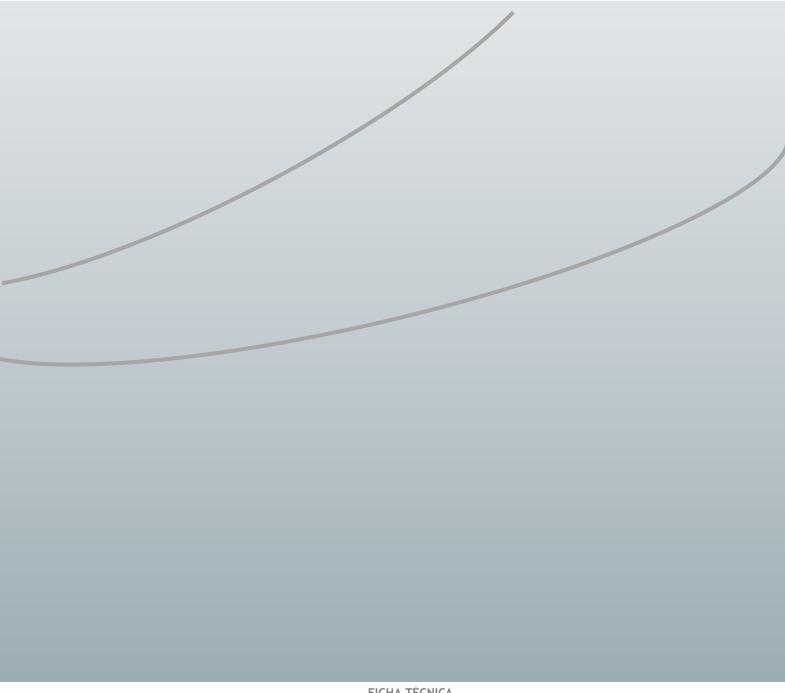
Vai ser gerada nova versão do mesmo formulário, apresentando-se pré-preenchida com a informação anteriormente carregada, apresentando-se em modo de edição no separador "Candidatura", como indicado no ponto 3.2.

Deve retificar a informação pretendida e Guardar a mesma, carecendo de serem novamente efetuadas as ações descritas no ponto 3.5 para efetuar a submissão do formulário.

4. Disposições Finais

Em termos de enquadramento jurídico, em todas as disposições de critérios de elegibilidade e demais condições, aplicam-se as condições previstas nos diplomas legais citados no ponto 1 deste manual, sendo que, em termos de direito, qualquer omissão ou contradição do presente manual para com os diplomas citados, deverá ser considerado como erro, não tendo carácter vinculativo.





FICHA TÉCNICA

Título «MEDIDA EXCECIONAL E TEMPORÁRIA - AVES, SUÍNOS E PRODUÇÃO DE OVOS E DE LEITE DE PEQUENOS RUMINANTES» «Versão 2»

Autor/Editor

INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS, I.P.

Rua Castilho, n.º 45-51 1049-002 Lisboa Tel. 21 384 60 00

Fax: 21 384 61 70

Email: ifap@ifap.pt * Website: www.ifap.pt

Conceção técnica

«Departamento de Apoios de Mercado» «Unidade de Ajudas Especificas»

Data de edição

«30 de novembro de 2020»